**10ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa**

**25 de junho de 2024**

**Ata da Ducentésima Quinta Sessão Ordinária**

Às quinze horas do dia vinte e cinco do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, secretariado pelos Senhores Deputados Vilmar de Oliveira, Primeiro-Secretário e Eduardo Fortes, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo Fortes Eduardo Mantoan, Fabion Gomes, Gipão, Gutierres Torquato, Jair Farias, Léo Barbosa, Luciano Oliveira, Nilton Franco, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e da Senhora Deputada Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Jorge Frederico, Marcus Marcelo, Moisemar Marinho, Olyntho Neto e as Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Professora Janad Valcari. O Senhor Deputado Amélio Cayres, Presidente da Assembleia Legislativa, está no exercício do cargo de Governador do Estado. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 806/2024, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Produtores Rurais da Região Brejo D’Antas, no município de Lizarda-TO”; Projeto de Lei número 807/2024, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Terapêutica Vidas em Primeiro Lugar, criada em 10 de fevereiro de 2023, no município de Miracema-TO”; Projeto de Lei número 808/2024, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “altera a Lei número 4.109 de 5 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, e adota outras providências”; e C.I. número 44/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, informando que se ausentará do País, no período de 1 de julho a 10 de julho do corrente ano, em viagem internacional à Itália. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 822 e 823/2024, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias; 824/2024, de autoria do Senhor Depuatdo Eduardo Fortes; 825/2024, de autoria do Senhor Deputado Gutierres Torquato; 826 e 827/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan; e os Requerimentos que receberam os números 625 a 628. Logo após, por falta de quórum, em Plenário, o Senhor Presidente transferiu a deliberação das matérias apresentadas em regime de urgência para a Sessão subsequente. Em seguida, o Senhor Presidente determinou que se fizesse a Verificação de Quórum. Estavam presentes os Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo Mantoan, Ivory de Lira, Wiston Gomes, Luciano Oliveira, Vilmar de Oliveira, Eduardo Fortes, Gipão, Nilton Franco, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Jair Farias, Gutierres Torquato, Fabion Gomes, Léo Barbosa e a Senhora Deputada Vanda Monteiro. Logo após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação, o Requerimento que recebeu o número 615, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, Líder do Bloco Republicanos e da Senhora Deputada Vanda Monteiro, Líder do Bloco União Brasil, que requer a dispensa de interstícios e formalidades regimentais, nos termos dos arts. 72 e 133, para inclusão na Ordem do Dia da presente Sessão, bem como a convocação de Sessão Extraordinária para discussão e votação, das matérias: Medidas Provisórias número 13/2024 e 14/2024; Projetos de Lei números 6/2024, 7/2024 e 9/2024, de autoria do Executivo; Projeto de Lei número 3/2024, de autoria do Tribunal de Justiça; Proposta de Emenda Constitucional número 3/2023; Projetos de Lei números 42/2023, 127/2023, 207/2023, 208/2023, 397/2023, 547/2023, 568/2023, 613/2024, 623/2024, 624/2024, 632/2024, 638/2024, 640/2024, 641/2024, 649/2024, 654/2024, 687/2024, 694/2024, 695/2024, 696/2024, 697/2024, 698/2024 e 723/2024, de autoria dos Senhores Deputados; e Projetos de Resolução números 05/2023, 06/2023 e 14/2023, de autoria deste Poder, o qual foi aprovado. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Em seguida, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até cinco minutos, reabrindo-a às dezoito horas e quarenta e oito minutos. Logo após, o Senhor Presidente determinou que se fizesse a Verificação de Quórum. Estavam presentes os Senhores Deputados Gutierres Torquato, Ivory de Lira, Léo Barbosa, Gipão, Eduardo Mantoan, Luciano Oliveira, Cleiton Cardoso, Jair Farias, Vilmar de Oliviera, Eduardo Fortes, Professor Júnior Geo, Fabion Gomes, Wiston Gomes, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Vanda Monteiro. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 13/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.421, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências”, a qual votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 4.440, de 25 de junho de 2024, e foi encaminhado à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi retirada da pauta da Ordem do Dia, a pedido do autor a Proposta de Emenda Constitucional número 3/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “altera o artigo 67 da Constituição do Estado do Tocantins, para fins de incluir os artigos 67-C e 67-D, a qual dispõem acerca das regiões metropolitanas, dos aglomerados urbanos e das microrregiões”. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 6/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 7/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre a criação, o comércio, a conservação e o transporte de abelhas nativas sem ferrão (meliponíneos), no Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 9/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco de Brasília S/A – BrB, com garantia da União, e dá outras providências”; 5/2024, originário da Medida Provisória número 14/2024, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “altera a Lei número 2.616, de 8 de agosto de 2012, e adota outras providências”; 42/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, “dispõe sobre a proibição de celebração de contratos ou posse em cargo, emprego ou função pública de pessoas condenadas por crime de maus-tratos aos animais no âmbito do Estado do Tocantins”; 127/2023, de autoria da Senhora Deputado Professora Janad Valcari, que “institui a Política Estadual de Prevenção ao Alcoolismo entre Mulheres e adota outras providências”; 207/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui ações de combate à obesidade infantil, no âmbito do Estado do Tocantins”; 208/2023, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “dispõe sobre a disponibilização de atendimento psicológico ao responsável, atendente pessoal e familiar de pessoas com deficiência e dá outras providências”; 397/2023, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “concede Titulo de Cidadã Tocantinense a Senhora Karynne Sotero Campos”; 547/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “dispõe sobre a obrigatoriedade dos cartórios com sede no Estado do Tocantins a disponibilizar certidões de óbito, nascimento e casamento com escrita *braile*”; 568/2023, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “inclui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins, a Cavalgada de São Bento”; 613/2024, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “institui o Dia Estadual da Missão Calebe, e dá outras providências”; 623/2024, de autoria do Senhor Deputado Moisemar Marinho, que “institui o Dia Estadual do Veterano Policial Civil, no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 624/2024, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “altera a Lei 2.493, de 25 de agosto de 2011, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária e adota outras providências”; 632/2024, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “inclui no Calendário Cultural do Estado do Tocantins, o Espetáculo Teatral Sacro da Paixão de Cristo”; 638/2024, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “inclui a Semana Estadual de Combate à Violência contra o Profissional de Educação, e dá outras providências”; 640/2024, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Félix Francisco dos Santos Neto”; 641/2024, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “institui o Dia Estadual do Atacadista Distribuidor, no âmbito do Estado do Tocantins”; 649/2024, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Doutor José Ribamar Mendes Júnior”; 654/2024, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede Título de Cidadão Tocantinense à Senhora Alessandra Bonfim Bacelar de Abreu Adrian”; 687/2024, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Coronel Peterson Queiroz de Ornelas”; 694/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro ao Senhor Pastor Claudemir Lopes”; 696/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro ao Senhor Pastor Jurandi Oliveira Souza”; 697/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro ao Senhor Gilberto Ferreira Santos”; 698/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro ao Senhor Apóstolo Amilson de Freitas Lopes”; 723/2024, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Casa de Formação São Vicente de Paulo”; e 3/2024, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “autoriza o Poder Judiciário a doar área de terreno e respetivas acessões ao Município de Brejinho de Nazaré-TO”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Resolução números: 5/2023, de autoria do Senhor Deputado Gutierres Torquato, que “dispõe sobre a Sessão Solene para comemorar a data de criação da Universidade de Gurupi – Unirg”; 6/2023, de autoria do Senhor Deputado Gutierres Torquato, que “dispõe sobre Sessão Solene para comemorar a data de criação da Universidade Estadual do Tocantins-Unitins”; e 14/2023, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Mantoan, que “institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, a Medalha Valdez Aires Vasconcelos e dá outras providências”, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação.

 Foram anunciados, em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 580, 565, 574, 575, 576, 577, 563, 559, 560, 564, 571, 568 e 569, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e quarenta e doio minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

***1º Secretário Presidente 2º Secretário***